



MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

**EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO
PÚBLICO N° 01/2025**

**CÓD: OP-011JN-26
7908403586301**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão global do texto; identificação de ideias principais e secundárias; inferências de informações implícitas; coesão e coerência textual: uso adequado de conectivos e operadores argumentativos; paragrafação e organização lógica do discurso; clareza e concisão na produção textual.....	9
2. Intertextualidade e relações entre textos.....	17
3. Tipos e gêneros textuais: texto narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, argumentativo, técnico-científico, acadêmico e jornalístico; estrutura e características de cada gênero.....	19
4. Ortografia e acentuação: regras do novo acordo ortográfico; uso correto de ss, ç, x, ch, s e z; palavras homônimas e parônimas; hifenização.....	24
5. Pontuação: uso correto da vírgula, ponto final, ponto e vírgula, dois-pontos, travessão, aspas, parênteses e reticências.....	28
6. Morfologia: estrutura e formação das palavras (radical, afixos, vogal temática etc.).....	34
7. Classes de palavras – substantivos (tipos e flexões), adjetivos (graus e locuções adjetivas), pronomes (tipos e colocação pronominal), verbos (modos e tempos verbais, regência de verbos, vozes verbais), advérbios, preposições e conjunções.....	37
8. Sintaxe e estruturação do período: termos essenciais da oração, termos integrantes e acessórios; sujeito e predicado; transitividade verbal. períodos e orações: coordenação e subordinação; tipos de orações coordenadas e subordinadas; análise sintática dos períodos simples e composto.....	44
9. Regência verbal e nominal.....	49
10. Concordância verbal e nominal.....	51
11. Uso correto da crase.....	53
12. Figuras de linguagem e funções da linguagem: metáfora, metonímia, hipérbole, ironia, eufemismo, antítese, pleonismo, entre outras.....	53
13. Funções da linguagem (emotiva, referencial, conativa/apelativa, fática, poética e metalinguística).....	57
14. Estilística e semântica: ambiguidade e polissemia; denotação e conotação; sinonímia e antonímia.....	58
15. Variação linguística: reconhecimento de variedades regionais, sociais e de registro na língua.....	60

Matemática

1. Números naturais, inteiros, racionais irracionais e reais: representação, comparação e ordenação; operações com frações e decimais. noções e aplicações práticas das operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.....	69
2. Expressões numéricas.....	80
3. Razão, proporção e porcentagem: cálculo de aumentos, descontos e repartições proporcionais; regra de três simples e composta.....	81
4. Cálculo de mínimo múltiplo comum (mmc) e máximo divisor comum (mdc).....	89
5. Unidades de medida de comprimento, área volume, massa e tempo: conversões e aplicações em situações cotidianas..	89
6. Figuras planas e sólidos geométricos: perímetro, área e volume.....	93
7. Interpretação de tabelas e gráficos; média moda e mediana.....	98
8. Raciocínio lógico: sequências numéricas padrões e relações de proporcionalidade.....	102
9. Aplicações práticas no cotidiano: consumo tempo, distância e estimativas.....	107

ÍNDICE

Informática

1. Hardware e software: conceitos fundamentais e reconhecimento de componentes de computador.....	113
2. Sistema operacional (windows): operações essenciais como criar, abrir, salvar, copiar e localizar arquivos e pastas	114
3. Pacote microsoft office 2016: uso do word (editor de textos) para elaboração de documentos; uso do excel para criação de planilhas simples e construção/leitura de gráficos; uso do powerpoint para preparar apresentações.....	117
4. Internet: navegação na web para pesquisa	141
5. Correio eletrônico: utilização de e-mail em contexto institucional (enviar, receber, anexar arquivos, regras de etiqueta)	150
6. Segurança da informação: cuidados básicos ao usar a internet (vírus, malware, phishing).....	151
7. Noções de backup de arquivos	153

Legislação

1. Constituição da república federativa do brasil: artigos: 37 a 41, 205 a 214, 227 a 229	161
2. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente; artigos 53 a 59 e 136 a 137.	172
3. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	174
4. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência	194
5. Resolução cne/cp nº 4, de 13 de julho de 2010: define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica...	213
6. Decreto nº 12686/2025, alterado pelo decreto nº 12773/2025 que institui a política nacional de educação especial inclusiva e a rede nacional de educação especial inclusiva	223
7. Base nacional comum curricular.....	227
8. Base nacional comum curricular (bncc).....	227
9. Indagações sobre currículo	266
10. Lei complementar 220, de 31 de outubro de 2025 que institui o sistema nacional de educação (sne) e fixa normas para a cooperação entre a união, os estados, o distrito federal e os municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração	271
11. Lei complementar nº 36/2019 e seus regulamentos – institui o estatuto do magistério público municipal.....	281
12. Deliberação/cme nº 08/2018 – diretrizes da educação especial para a rede municipal de ensino de mauá.....	293

Conhecimentos Pedagógicos

1. Libâneo, josé carlos. didática. 3. ed. são paulo: cortez, 2023	299
2. Paro, vitor henrique. gestão democrática da escola pública. 4. ed. são paulo: cortez, 2016	301
3. Almeida, vera barros de. psicologia da educação. 3. ed. são paulo: atlas, 2016	303
4. Gardenal, célia. avaliação da aprendizagem: desafios e possibilidades. 2. ed. são paulo: moderna, 2020.....	304
5. Moran, josé manuel; bacich, lilian; trevisani, camila (orgs.). metodologias ativas para uma educação inovadora. porto alegre: penso, 2018.....	306
6. Valente, josé armando. metodologias ativas e formação de professores: aprendizagem baseada em problemas. campinas, sp: papirus2019	308
7. Carr, wilfred; kemmis, stephen. educação e prática reflexiva: uma abordagem crítica. 2. ed. porto: porto editora, 2015.	309

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica I

1. Alfabetização e letramento: consciência fonológica, correspondência fonema-grafema, decodificação, fluência de leitura, ampliação de vocabulário, compreensão leitora em diferentes gêneros	315
2. Produção de texto e avaliação formativa: gêneros textuais, estratégias de produção escrita, planejamento, escrita e reescrita, mediação docente, portfólios, sondagens, registros de progresso	317
3. Numeramento e matemática: senso numérico, conceito de número, contagem, agrupamento, base decimal, quatro operações, resolução de problemas simples, raciocínio lógico-matemático inicial	319
4. Componentes curriculares e objetivos de aprendizagem: campos de experiência, integração de habilidades e prática pedagógica	320
5. Planejamento e gestão da sala de aula: planos de aula, sequências didáticas, organização do tempo e espaço, estratégias de disciplina positiva, rotina escolar equilibrada, projetos interdisciplinares	327
6. Inclusão e práticas baseadas em evidências: identificação de dificuldades de aprendizagem, adaptação curricular simples, recursos de acessibilidade, métodos fônicos, jogos matemáticos, intervenção precoce, colaboração com famílias e especialistas	336
7. Brasil. ministério da educação. parâmetros nacionais de qualidade e equidade para a educação infantil. 2024. páginas 18 – 41	337
8. Brasil. ministério da educação. critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEB, 2009	338
9. Soares, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016	344
10. Solé, Isabel. Estratégias de leitura. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2014	345
11. Gobbi, Marcia Aparecida; Pinazza, Mônica Appezato. Infância e suas linguagens. São Paulo: Cortez, 2014. caps. 2, 4 e 5	346
12. Weisz, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002	347
13. Ferreiro, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 25. ed., São Paulo: Cortez, 2010	348
14. Teberosky, Ana; Colomer, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2002..	348
15. Focchi, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário?: comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre, Penso, 2015	349
16. Moysés, Maria Aparecida Afonso. A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola. Campinas, Mercado de Letras – 2001	349
17. Ribeiro, Bruna (organizadora). Abordagens participativas na educação infantil: saberes necessários para nos manter em voo. Editora Passarinho – 2023	350
18. Poian, Rogério Tadeu. Caminhos para a inclusão: dos direitos humanos na relação educativa. São Paulo-Fontenele publicações – 2025	351
19. Figueiredo, Wilton Nascimento; Moraes, Aisiane Cedraz; Portela, Pollyana Pereira (orgs.) Primeiros socorros na escola. Editora CRV 2024	352
20. Brites, Luciana. Brincar é fundamental: como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância. Editora Gente – 2020	354

AMOSTRA



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO GLOBAL DO TEXTO; IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS; INFERÊNCIAS DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL: USO ADEQUADO DE CONECTIVOS E OPERADORES ARGUMENTATIVOS; PARAGRAFAÇÃO E ORGANIZAÇÃO LÓGICA DO DISCURSO; CLAREZA E CONCISÃO NA PRODUÇÃO TEXTUAL

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

► Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

▪ Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

▪ Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

▪ Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

AMOSTRA

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

▪ Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

► Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

▪ Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

▪ Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses

MATEMÁTICA

NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS: REPRESENTAÇÃO, COMPARAÇÃO E ORDENAÇÃO; OPERAÇÕES COM FRAÇÕES E DECIMAIS. NOÇÕES E APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

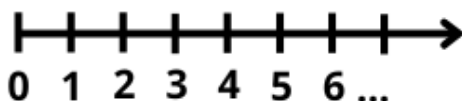
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplificação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

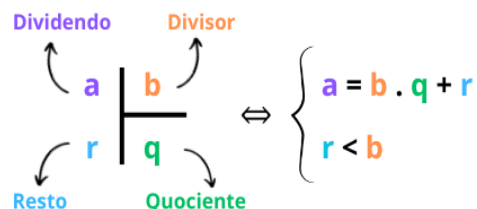
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



AMOSTRA

Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

INFORMÁTICA

HARDWARE E SOFTWARE: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E RECONHECIMENTO DE COMPONENTES DE COMPUTADOR

Hardware

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.
- **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o “cérebro” do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:
 - **Unidade de Controle (UC):** Gerencia a execução das instruções.
 - **Unidade Lógica e Aritmética (ULA):** Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.
 - **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.
 - **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.
 - **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.
- **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.
- **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.
- **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.
- **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.

- **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.
- **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.
- **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.
- **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.
- **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.
- **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).
- **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

- **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.
- **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.
- **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.
- **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.
- **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.
- **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).
- **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

Software

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

AMOSTRA

- **Windows:** Popular em computadores pessoais e empresariais.
- **Linux:** Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.
- **macOS:** Exclusivo para computadores da Apple.
- **Android e iOS:** Sistemas operacionais para dispositivos móveis.

Software de Aplicação

O software de aplicação é projetado para ajudar os usuários a realizar tarefas específicas. Exemplos incluem:

- **Microsoft Office:** Ferramentas como Word, Excel e PowerPoint.
- **Navegadores de Internet:** Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari.
- **Softwares Gráficos:** Adobe Photoshop e CorelDRAW.
- **Jogos:** Programas interativos voltados para entretenimento.

Software Utilitário

Os softwares utilitários são usados para realizar tarefas de manutenção e otimização do sistema. Exemplos:

- **Antivírus:** Protegem o computador contra malware.
- **Gerenciadores de Arquivos:** Auxiliam na organização e manipulação de arquivos.
- **Compactadores de Arquivos:** Como WinRAR e 7-Zip, que reduzem o tamanho dos arquivos.

SISTEMA OPERACIONAL (WINDOWS): OPERAÇÕES ESSENCIAIS COMO CRIAR, ABRIR, SALVAR, COPIAR E LOCALIZAR ARQUIVOS E PASTAS

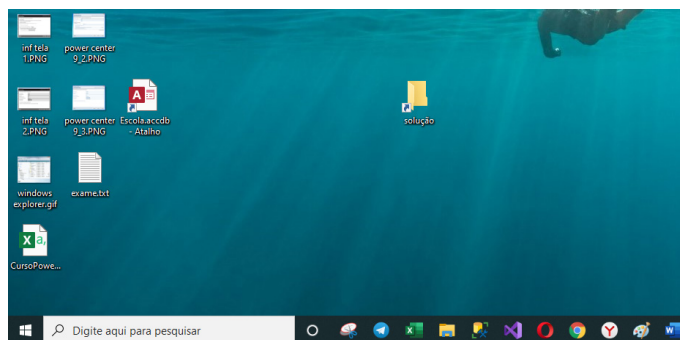
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

Área de trabalho

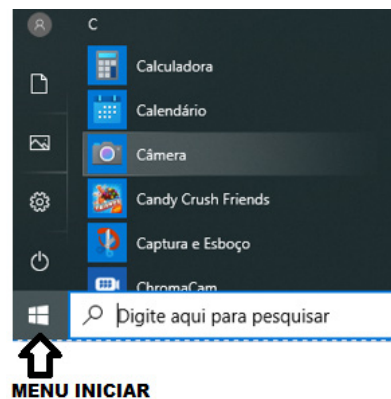
A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.

**Uso dos menus**

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.

**Programas e interação com o usuário**

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo: O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Prezado(a),

Visto que o edital não especifica o trecho da lei a ser cobrada, separamos algumas matérias e legislações importantes para você. Contudo, indicamos o estudo completo da legislação citada acima.

Bons estudos!

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;



AMOSTRA

- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. DIDÁTICA. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2023

TRAJETÓRIA DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo é um dos nomes mais relevantes da pedagogia contemporânea no Brasil, especialmente no campo da didática e da formação de professores. Sua trajetória se constrói a partir de uma sólida formação acadêmica e de um engajamento constante com os desafios da educação brasileira.

► Formação acadêmica e início de carreira

Libâneo graduou-se em Filosofia, o que lhe proporcionou uma base sólida para a reflexão sobre o papel da educação na formação humana. Posteriormente, aprofundou seus estudos em pedagogia e fez pós-graduação na área de educação, voltando-se de forma especial para o estudo da didática. Sua formação foi marcada por uma busca constante de fundamentação teórica que dialogasse com a prática escolar.

► Atuação profissional e acadêmica

Ao longo de sua carreira, Libâneo atuou como professor da educação básica e, mais tarde, como docente no ensino superior. Lecionou em diversas universidades brasileiras, dedicando-se à formação inicial e continuada de professores. Além do ensino, também trabalhou na elaboração de programas de formação docente e em consultorias educacionais, sempre com foco na melhoria da prática pedagógica.

► Influências teóricas e linha de pensamento

O pensamento de Libâneo é influenciado por correntes pedagógicas críticas e humanistas. Ele defende uma abordagem em que o ensino não é apenas transmissão de conteúdos, mas também um processo formativo que envolve a construção do pensamento crítico. Suas ideias dialogam com autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky e outros teóricos que valorizam o papel ativo do aluno no processo de aprendizagem.

► Contribuições para a educação brasileira

Libâneo foi e continua sendo um autor de referência para estudantes de licenciatura e profissionais da educação. Sua obra mais conhecida, *Didática*, tornou-se leitura obrigatória em muitos cursos de pedagogia. Por meio dela e de outros livros, ele oferece subsídios teóricos e práticos para que professores planejem, executem e avaliem o ensino de forma consciente e eficaz.

► Reconhecimento e legado

Ao longo de sua trajetória, Libâneo recebeu reconhecimento acadêmico e profissional por suas contribuições ao campo educacional. Seu legado está presente tanto na bibliografia pedagógica quanto nas práticas de sala de aula de inúmeros professores que adotam seus princípios como guia.

CONCEITO DE DIDÁTICA SEGUNDO JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo entende a didática como o campo de estudo da pedagogia que investiga, fundamenta e orienta o processo de ensino de forma sistemática. Para ele, a didática é, ao mesmo tempo, uma ciência e uma prática, pois articula reflexões teóricas sobre como ensinar e diretrizes concretas para organizar o ensino na sala de aula.

► Definição e função

Na perspectiva de Libâneo, a didática é responsável por compreender as condições que tornam o ensino eficaz e significativo. Ela fornece os princípios, métodos e procedimentos que orientam o professor na tarefa de facilitar a aprendizagem. Não se trata apenas de um conjunto de técnicas, mas de um saber pedagógico que integra teoria e prática.

► Relação entre teoria e prática

Um ponto central no pensamento de Libâneo é que a didática não deve ser reduzida a um manual de métodos prontos, mas sim a um conjunto de orientações fundamentadas teoricamente e adaptáveis às necessidades dos alunos e do contexto escolar. A teoria orienta a prática, e a prática, por sua vez, alimenta novas reflexões teóricas. Essa interdependência é essencial para que o ensino seja mais do que repetição mecânica de conteúdos.

► Papel do professor

Segundo Libâneo, o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem. Ele não é mero transmissor de informações, mas um organizador do conhecimento, alguém que cria condições para que o aluno participe ativamente da construção do saber. Isso exige planejamento cuidadoso, escolha adequada de estratégias e acompanhamento constante do progresso dos estudantes.

► Objetivo da didática

O objetivo principal da didática, segundo Libâneo, é promover uma aprendizagem que seja, ao mesmo tempo, eficaz na aquisição de conteúdos e significativa para a formação integral do aluno. Isso significa considerar não só o domínio cognitivo, mas também aspectos afetivos, sociais e éticos do desenvolvimento humano.

AMOSTRA

► **Abrangência**

A didática, para Libâneo, não se limita ao trabalho em sala de aula. Ela envolve todo o contexto do processo educativo: o planejamento curricular, a escolha e uso de materiais, a avaliação, a relação entre escola e comunidade e a formação permanente dos professores. É, portanto, um campo dinâmico e abrangente, que se renova de acordo com as demandas sociais e educacionais.

PRINCIPAIS OBRAS E IDEIAS CENTRAIS DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo construiu uma produção bibliográfica consistente e amplamente utilizada na formação de professores no Brasil. Sua escrita busca unir fundamentação teórica sólida com aplicabilidade prática, permitindo que seus textos sejam acessíveis e, ao mesmo tempo, academicamente rigorosos.

► **Obras de destaque**

Entre seus livros mais conhecidos, podemos citar:

- **Didática:** Considerada sua obra mais emblemática, amplamente utilizada em cursos de licenciatura. Apresenta fundamentos teóricos da didática, orientações metodológicas e reflexões sobre o papel do professor.
- **Organização e gestão da escola: teoria e prática:** Discute a estrutura e funcionamento das instituições escolares, com foco na gestão democrática e na participação coletiva.
- **Educação escolar: políticas, estrutura e organização:** Analisa o sistema educacional brasileiro e seus desafios, articulando questões estruturais e de política pública.
- **Pedagogia e pedagogos, para quê?:** Reflete sobre a função social da pedagogia e o papel do pedagogo na contemporaneidade.
- **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos:** Apresenta a proposta pedagógica que busca unir formação cultural ampla com compromisso social.

► **Ideias centrais presentes na obra****Articulação entre teoria e prática:**

Libâneo defende que o trabalho docente precisa se basear em sólida fundamentação teórica, mas sempre em diálogo com a realidade concreta da sala de aula.

Pedagogia crítico-social dos conteúdos:

Sua proposta pedagógica busca promover uma formação integral, unindo a transmissão sistematizada de conteúdos à formação crítica e cidadã dos alunos.

Professor como mediador:

O papel do professor não se reduz à exposição de conteúdos. Ele é um organizador do conhecimento, alguém que planeja, orienta, avalia e acompanha o processo de aprendizagem.

Didática como ciência e prática:

A didática, para Libâneo, é um campo de conhecimento que investiga e orienta o ensino, mas que só ganha sentido quando aplicada de forma consciente e contextualizada.

Formação continuada:

A prática docente precisa estar em constante aperfeiçoamento, com os professores se atualizando em relação a novas metodologias, tecnologias e demandas sociais.

Compromisso social da educação:

A escola deve assumir um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, e isso se reflete nas escolhas pedagógicas do professor.

► **Impacto e recepção**

Os livros de Libâneo são adotados por universidades e cursos de formação docente em todo o país. Sua linguagem clara, aliada ao embasamento teórico consistente, contribui para que professores em formação ou já atuantes possam aprimorar sua prática.

Além disso, suas ideias influenciam políticas públicas de educação e debates acadêmicos sobre o ensino no Brasil.

APLICAÇÕES DA DIDÁTICA DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO NA PRÁTICA EDUCATIVA

A didática proposta por José Carlos Libâneo tem como essência a integração entre teoria e prática, sempre com foco na formação integral do aluno e na valorização do papel mediador do professor. Suas ideias não se limitam à reflexão teórica: elas se desdobram em orientações concretas para o trabalho em sala de aula e para a organização do processo educativo.

Planejamento pedagógico consciente:

Libâneo enfatiza que o planejamento é a base do trabalho docente. Ele não deve ser um documento meramente burocrático, mas um guia real para a ação do professor. Isso envolve:

- Definição clara de objetivos de aprendizagem.
- Seleção criteriosa dos conteúdos, levando em conta sua relevância social e formativa.
- Organização sequencial e progressiva dos temas.
- Flexibilidade para ajustar o plano conforme as necessidades dos alunos.

Seleção e organização dos conteúdos:

Para Libâneo, a escolha dos conteúdos deve considerar tanto seu valor cultural quanto sua função no desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Não se trata apenas de repassar informações, mas de ajudar o aluno a compreender e relacionar conhecimentos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA, CORRESPONDÊNCIA FONEMA-GRAFEMA, DECODIFICAÇÃO, FLUÊNCIA DE LEITURA, AMPLIAÇÃO DE VOCABULÁRIO, COMPREENSÃO LEITORA EM DIFERENTES GÊNEROS

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A alfabetização e o letramento são dois eixos centrais do processo educacional nos anos iniciais da escolarização. Embora muitas vezes usados como sinônimos, esses conceitos possuem significados distintos e complementares. A alfabetização diz respeito ao processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabética, ou seja, à capacidade de codificar (escrever) e decodificar (ler) palavras por meio do conhecimento das relações entre sons e letras. Já o letramento refere-se ao uso social da leitura e da escrita, englobando a compreensão de textos e a inserção do sujeito nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão atual, estabelece como objetivo fundamental da etapa da alfabetização garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, é necessário que a escola desenvolva uma proposta pedagógica que contemple tanto o ensino sistemático da língua escrita quanto o envolvimento dos alunos em práticas significativas de leitura e produção de textos.

Nos concursos públicos voltados para a área da educação, especialmente em editais de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, temas como consciência fonológica, correspondência fonema-grafema, decodificação, fluência de leitura, vocabulário e compreensão leitora são amplamente cobrados. Por isso, o candidato precisa dominar não só as definições desses conceitos, mas também compreender como eles se articulam no processo de alfabetização com letramento, além de conhecer práticas pedagógicas coerentes com as diretrizes curriculares nacionais.

Este material tem como objetivo oferecer um panorama completo sobre esses aspectos essenciais da alfabetização, com base em pesquisas atuais, legislação educacional e documentos orientadores, como a BNCC e os Referenciais Curriculares dos estados e municípios.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA: A BASE PARA A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

A consciência fonológica é a habilidade de refletir sobre os sons da fala e manipulá-los de forma intencional. É considerada um dos principais preditores da aprendizagem da leitura, especialmente em sistemas de escrita alfabética, como o português. Crianças que desenvolvem boas habilidades

Essa consciência é dividida em níveis. O primeiro é a consciência de palavras e sílabas: a criança percebe que frases são compostas por palavras e que palavras podem ser segmentadas em sílabas. Em seguida, desenvolve-se a consciência fonêmica, que é a habilidade mais refinada e envolve o reconhecimento de fonemas – as menores unidades sonoras da fala.

Habilidades fonológicas incluem:

- **Segmentação silábica:** identificar e contar as sílabas de uma palavra.
- **Rima e aliteração:** perceber semelhanças entre sons no início ou fim das palavras.
- **Manipulação fonêmica:** trocar, suprimir ou adicionar fonemas em palavras.
- **Isolamento de fonemas:** identificar o primeiro ou último som de uma palavra.

Por exemplo, ao perguntar a uma criança qual é o som inicial da palavra “foca”, espera-se que ela identifique o fonema /f/. Em outro exercício, ao solicitar que ela diga o que acontece ao retirar o som /p/ da palavra “prato”, espera-se que reconheça a palavra “rato”.

Essas habilidades são desenvolvidas por meio de atividades lúdicas e sistemáticas. É importante que o trabalho com consciência fonológica anteceda e acompanhe o processo de alfabetização, pois ela constitui a base sobre a qual a correspondência entre sons e letras será estabelecida.

A consciência fonológica desempenha um papel crucial no desenvolvimento da alfabetização, fornecendo uma base sólida para a compreensão da linguagem escrita. Essa habilidade envolve a consciência e a capacidade de discernir e manipular os sons individuais (fonemas), sílabas e partes das palavras.

Uma das razões pelas quais a consciência fonológica é tão importante na alfabetização, é sua relação direta com a decodificação de palavras durante a leitura. Ao compreender a relação entre os sons da fala e as letras escritas, as crianças podem segmentar as palavras em unidades sonoras (fonemas) e usar esse conhecimento para decifrar novas palavras. Por exemplo, ao compreender que a palavra “gato” é composta pelos sons /g/, /a/, /t/ e que cada um desses sons corresponde a uma letra, a criança pode ler a palavra corretamente.

Além disso, a consciência fonológica também desempenha um papel importante na codificação de palavras durante a escrita. Ao compreender como os sons da fala são representados por letras e combinações de letras, as crianças podem usar esse conhecimento para soletrar palavras corretamente. Elas podem segmentar os sons das palavras e escolher as letras correspondentes para escrever as palavras de forma precisa.

A consciência fonológica também está intimamente ligada à compreensão da estrutura da língua. Ao desenvolver habilidades de consciência fonológica, as crianças aprendem a identificar padrões fonéticos, compreender a estrutura das sílabas e

AMOSTRA

manipular sons dentro das palavras. Isso não apenas facilita a aprendizagem da leitura e escrita, mas também promove uma compreensão mais ampla da linguagem oral e escrita.

Outro aspecto importante é que a consciência fonológica ajuda as crianças a prever palavras e compreender textos durante a leitura. Quando elas têm uma forte consciência fonológica, são capazes de prever palavras com base em pistas sonoras e contextuais. Isso facilita a fluência na leitura e a compreensão do texto, uma vez que as crianças podem usar seu conhecimento fonológico para antecipar palavras e construir significado a partir do texto.

Além disso, a consciência fonológica é crucial para o desenvolvimento das habilidades de escrita. Quando as crianças são capazes de segmentar os sons das palavras e identificar os fonemas individuais, podem usar esse conhecimento para soletrar palavras corretamente e produzir textos escritos mais precisos e fluentes.

Portanto, a consciência fonológica é uma habilidade essencial no processo de alfabetização, proporcionando às crianças as ferramentas necessárias para decodificar e codificar palavras, compreender a estrutura da língua e desenvolver habilidades de leitura e escrita proficientes. É fundamental que os educadores incluam atividades de consciência fonológica em seus programas de alfabetização para apoiar o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Entender a perspectiva infantil durante a fase da alfabetização é uma abordagem essencial para promover um ambiente de aprendizado eficaz e engajador. Durante esse período crucial, as crianças estão imersas em um mundo de descobertas e desafios, e sua visão única do processo de alfabetização deve ser considerada para garantir uma educação significativa e centrada no aluno.

As crianças são naturalmente curiosas e têm uma sede inata de explorar o mundo ao seu redor. Durante a fase da alfabetização, essa curiosidade se estende à linguagem escrita, e elas estão ansiosas para desvendar o código que lhes permitirá ler e escrever. Os educadores podem aproveitar essa curiosidade natural, fornecendo materiais de leitura e escrita interessantes e envolventes que despertem o interesse das crianças.

Para as crianças, a aprendizagem é uma experiência ativa e prática. Elas aprendem melhor quando estão envolvidas em atividades significativas que lhes permitem experimentar e explorar conceitos de forma concreta. Durante a fase da alfabetização, os educadores devem oferecer oportunidades para que as crianças manipulem letras, experimentem diferentes formas de escrita e participem de jogos e atividades interativas que promovam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Cada criança é única, com diferentes experiências, interesses e habilidades. Portanto, é importante reconhecer e valorizar a individualidade de cada aluno durante o processo de alfabetização. Os educadores devem oferecer oportunidades para que as crianças explorem a linguagem escrita de maneiras que sejam significativas e relevantes para elas, adaptando suas práticas de ensino para atender às necessidades específicas de cada criança.

À medida que as crianças progredem na alfabetização, é importante promover sua autonomia e senso de empoderamento.

de leitura e escrita que sejam do seu interesse, definam metas de aprendizagem pessoais e assumam a responsabilidade por seu próprio progresso.

Além de promover o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, a alfabetização também desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioemocional das crianças. Durante a fase da alfabetização, os educadores devem fornecer um ambiente de apoio e incentivo que promova a autoestima, a confiança e o bem-estar emocional das crianças, ajudando-as a desenvolver uma relação positiva com a linguagem escrita e a aprendizagem em geral.

Em resumo, compreender a perspectiva infantil durante a fase da alfabetização é fundamental para criar experiências de aprendizado significativas e eficazes que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Ao reconhecer e valorizar a curiosidade, a individualidade, a autonomia e o desenvolvimento socioemocional das crianças, os educadores podem ajudá-las a se tornarem leitores e escritores confiantes e competentes.

CORRESPONDÊNCIA FONEMA-GRAFEMA E DECODIFICAÇÃO: PROCESSOS ESSENCIAIS NA ALFABETIZAÇÃO

No processo de alfabetização, a correspondência fonema-grafema é o elo que liga a linguagem oral à escrita. Essa correspondência diz respeito à relação entre os fonemas (sons) da fala e os grafemas (letras ou grupos de letras) usados para representá-los na escrita. No português, essa relação é relativamente regular, mas não totalmente transparente, o que exige ensino sistemático e explícito.

Por exemplo, o fonema /s/ pode ser representado por diversas grafias: “s” (sapato), “ss” (passeio), “c” (cinto), “ç” (coração), “sc” (crescer). Da mesma forma, um mesmo grafema pode representar sons distintos, como o “x” em “exame”, “enxada” e “táxi”. Isso implica que o aprendizado da decodificação exige não apenas o reconhecimento dos fonemas e grafemas isoladamente, mas também a aplicação de regras contextuais.

A decodificação, por sua vez, é a habilidade de transformar os grafemas em sons e, com isso, formar palavras reconhecíveis. É um processo técnico, mas essencial para que o aluno possa, posteriormente, compreender o conteúdo lido. A falta de domínio dessa habilidade pode comprometer todo o desenvolvimento da leitura e da escrita.

É fundamental que o professor promova atividades que possibilitem o mapeamento claro entre os sons e suas representações escritas. Isso pode ser feito por meio de jogos de formação de palavras, ditados fonêmicos, leitura de palavras com regularidade ortográfica e exercícios de consciência fonêmica.

FLUÊNCIA DE LEITURA: COMPONENTES, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

A fluência de leitura é o resultado do domínio da decodificação aliado ao desenvolvimento da prosódia e à automatização da leitura de palavras. Um leitor fluente lê com precisão, rapidez e entonação adequada, o que permite a liberação de recursos cognitivos para a compreensão do texto.

Três componentes essenciais compõem a fluência:

